

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ALICE CAROLINA DE MELO

**A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE COMO
ESTRATÉGIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA
SOCIEDADE IGUALITÁRIA**



Rio Claro
2019

ALICE CAROLINA DE MELO

A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA
CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA

Orientador: Prof^a Dr^a Célia Regina Rossi

Co-orientador: Ms. Marília Frassetto de Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro
2019

M528e	<p>Melo, Alice Carolina de</p> <p>A educação em sexualidade como estratégia para construção de uma sociedade igualitária / Alice Carolina de Melo. -- Rio Claro, 2019 33 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (-) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro</p> <p>Orientadora: Célia Regina Rossi</p> <p>Coorientadora: Marília Frassetto de Araujo</p> <p>1. Educação em sexualidade. 2. Igualdade de gênero. 3. Feminismo.</p> <p>I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RESUMO

Este estudo pretende identificar e relacionar a educação em sexualidade como uma estratégia para a construção de uma sociedade igualitária. Através de levantamento bibliográfico, considerando a história da educação em sexualidade no Brasil e história do feminismo, conceituando a sociedade igualitária que será abordada neste trabalho, foram explorados os documentos que amparam o trabalho com a temática nas salas de aula de ensino regular e a sua contribuição para uma sociedade com equidade, respeito, relacionamentos saudáveis, éticos, prazerosos e responsáveis. Os artigos datados do ano de 2014 a 2018 foram pesquisados nas plataformas Scielo e Google Acadêmico e analisados por meio da análise de conteúdo, com base nos capítulos teóricos apresentados e discutidos. Foram consultados também documentos internacionais (UNESCO) para a Educação em Sexualidade e documentos nacionais (PCN's, BNCC) para a educação, analisando nestes a presença ou não da Educação em Sexualidade e a forma como é trabalhado.

Palavras-chave: Educação em Sexualidade. Igualdade de gênero. Feminismo.

ABSTRACT

This study aims to identify and relate sexuality education as a strategy for building an egalitarian society. Through a bibliographic survey, considering the history of sexuality education in Brazil and the history of feminism, conceptualizing the egalitarian society that will be approached in this paper, was explored the documents that support the work with the theme in the regular teaching classrooms and its contribution to a society with equity, respect, healthy, ethical, pleasant and responsible relationships. The articles dated from 2014 to 2018 were searched on the Scielo and Google Scholar platforms and analyzed through content analysis, based on the theoretical chapters (1 and 2). International documents were also consulted as UNESCO for Sexuality Education and national documents (PCN's, BNCC) for education, analyzing whether sexuality education is present or not and the way it is worked.

Keywords: Sexuality Education. Gender equality. Feminism.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 BREVE HISTÓRICO DO FEMINISMO NO BRASIL.....	6
2.1 Contexto histórico.....	6
2.2 Pedagogias Feministas.....	9
3 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NO BRASIL.....	12
3.1 A educação em sexualidade nos documentos brasileiros.....	12
4 METODOLOGIA.....	17
4.1 Análise dos dados.....	19
4.2 Resultados.....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
6 REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Será traçado nesse estudo um caminho entre a história do feminismo que luta para alcançar a igualdade entre os gêneros, até encontrar-se com a educação em sexualidade, analisando quais as possíveis relações que possuem a ponto de serem utilizadas uma à outra, ou seja, como a educação em sexualidade pode contribuir para a construção de uma sociedade igualitária.

No primeiro capítulo será traçado um parâmetro histórico do feminismo no Brasil, as suas lutas e conquistas no âmbito educacional, para no capítulo seguinte, ao analisar a história da educação em sexualidade, compreendermos o laço histórico que atrelam ambas. No capítulo de metodologia, foram explicitados os critérios de seleção de trabalhos acadêmicos (utilizando os descritores “educação em sexualidade” e “igualdade de gênero”, para ser realizada uma análise por meio da análise de conteúdo de Bardin (1997), com foco na temática categorial. Nas considerações finais é discutido como as implicações desses artigos influenciam a política brasileira para questões de gênero e sexualidade, principalmente a partir do fato da BNCC ter excluído essas questões em todas as suas seiscentas páginas.

Então, esse estudo pode ser justificado pela defesa da educação em sexualidade na sala de aula, também como forma de promover e complementar essas competências. Segundo o documento da UNESCO **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade**

Em muitas sociedades, atitudes e leis reprimem a discussão pública da sexualidade e de comportamento sexual – no que se refere a contracepção, aborto, e diversidade sexual, por exemplo. Na maioria das vezes, o acesso masculino ao poder continua a não ser questionado, enquanto meninas, mulheres e minorias sexuais são excluídas dele. (UNESCO, 2010, p. 3)

O melhor lugar para fazer esse embate, essa universalização do conhecimento de forma democrática e acessível, é na sala de aula, onde deve ser promovida a igualdade, o acesso informação para nivelar as mulheres e homens, enfim todos/as os/as cidadãos/ãs, e é na escola, onde as crianças passam a maior parte de suas vidas desenvolvendo-se, que esse assunto deve ser explorado, problematizado e discutido.

2 Breve histórico do Feminismo no Brasil

A luta do feminismo no Brasil sob a ótica de Guacira Louro, (2011) teve início de forma organizada no ocidente no século XIX, com o movimento das Sufragistas pelo direto ao voto das mulheres. Aos poucos, em meados de 1960, esse movimento foi tornando-se cada vez mais “teórico”, problematizando questões que seriam pautas na reivindicação de uma melhor qualidade de vida, como por exemplo, a conceituação e definição de gênero, que futuramente se tornaria uma questão crucial para a discussão da Educação em Sexualidade.

Porém, inicialmente, é necessário definir o que será feminismo para esse estudo. À partir de diversas leituras (LOURO (2011), BUTLER (2014), CAMPOS (2017), PIMENTA (2010)), chegou-se a um conceito que é plural, mutável e dependente de diversos sujeitos e contextos para caracterizar-se:

Os movimentos feministas, pautados pela teoria e prática políticas, ambas comprometidas com o projeto de transformação das relações humanas, leia-se sexistas, apresentam articulações e objetivos com a finalidade principal de denunciar e de expor as relações de poder e as hierarquias fundadas na distinção de gênero. Dessa forma, são tanto movimento como práticas discursivas, isto é, ação e pensamento em torno da luta contra a desigualdade instituída em torno dos sexos. (PIMENTA, 2010 p. 18)

2.1 Contexto Histórico

Com base na definição de feminismo que este estudo aborda, é possível discutir outras definições além dessa, como gênero e patriarcado, por exemplo – algo que é inseparável da luta feminista, tendo como um dos principais objetivos mostrar a clara distinção entre homem e mulher na qual as sociedades se desenvolveram (CAMPOS, 2017) Disso, vem o termo patriarcado: ele aparece para evidenciar e dar nome à supremacia masculina que sempre foi atuante no âmbito familiar, o que era o suficiente para privar a mulher de todos os outros espaços que somente homens ocupavam.

Essa supremacia é um dos grandes desafios do feminismo, pois está pautada na questão biológica de que o sexo masculino é (fisicamente) mais forte que o feminino, e por isso, mais importantes, descartando todas as funções sociais e essenciais que as mulheres também ocupam.

Dentro de função e contexto social, outro conceito marcante para a luta feminista, é gênero – apresenta-se como forma de enxergar os seres humanos além do que está pré-determinado no nascimento de um bebê: é socialmente construído, caracterizado como algo intrínseco à identidade dos indivíduos, algo que não deve ser determinado biologicamente e

nem deve-se designar papéis a cada um, ou seja, este conceito é mutável a partir da sociedade e momento histórico em que se insere, e vem trazendo consigo a exigência da pluralidade de representações de homens e mulheres (LOURO, 2011).

Então,

Sexo se refere às diferenças naturais, biológicas, entre homens e mulheres. Por outro lado, gênero pode ser compreendido como uma institucionalização social das diferenças sexuais ou o elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma de significar as relações de poder (PIMENTA, 2017 p. 40)

Portanto, o sujeito protagonista do feminismo é a mulher. Mas exatamente que mulher? Judith Butler (1990) tem sua obra *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, pautada nessa discussão: a estrutura dominante da sociedade na qual a mulher feminista tenta revolucionar, foi a mesma estrutura em que esta se criou, a mulher que luta contra o patriarcado foi desenvolvida no bojo deste, então, como separar as coisas?

O que liga essas mulheres que se encontram num movimento, é a sua opressão, seu inquietamento e o saber de que se algumas conseguiram despertar-se para tomar conhecimento da condição de submissão, talvez todas possam, e assim, a humanidade, indiferente do gênero de cada um, possa seguir seu curso sem opressão, onde, talvez, não existam mais vítimas de feminicídio, estupro, assédio dentro da própria casa, etc.

No Brasil, a partir do desenvolvimento da industrialização no século XIX, a sociedade passou por diversas mudanças políticas, econômicas e sociais, principalmente ao redor de uma classe social dominante que estava formando-se ao redor das indústrias: a classe média. Foram as mulheres da classe média que primeiro incomodaram-se com a situação de tantas mudanças, mas o nível social delas (de submissão, no caso), permanecia o mesmo, tanto que, tiveram grande participação no movimento abolicionista brasileiro (TELES, 1993).

As mudanças no cenário brasileiro estavam de acordo com o movimento mundial, principalmente na Europa, onde o feminismo crescia e avançava fervorosamente, principalmente por serem sociedades muito mais desenvolvidas, que há tempos tinham se livrado da escravidão e passado pelo início da revolução industrial. Um pouco mais a frente, chegando ao golpe militar de 1964, desenvolveram-se feministas militantes à sombra de repressão e violência, tentando combater o duro sistema político que governava o país, e também as relações hierarquizadas de gênero imposta por este. (SARTI, 2004)

Ao fim da ditadura, o Brasil caminhava a passos lentos pela sua redemocratização, e a mulher tentava encontrar seu espaço dentro de um país que apesar disso, modernizava-se cada vez mais rápido (SARTI, 2004)

A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Nessas circunstâncias, o Ano Internacional da Mulher, 1975, oficialmente declarado pela ONU, propicia o cenário que permite a visibilidade do movimento feminista (SARTI, 2004 p.39).

Dentro desse contexto, os “movimentos de mulheres” nascidos dentro da classe média, tentavam alcançar as classes mais populares, tentando fazer oposição à ditadura militar junto com a igreja católica, que buscava cada vez mais hegemonia nessa época, e movimentos de esquerda, mas sem esquecer de suas reivindicações sobre gênero, liberdade sexual e planejamento familiar (mesmo sendo discussões realizadas de forma escondida, evitando atritos públicos que desmobilizassem a luta). (SARTI, 2004).

Movimentos localizados, em bairros, reivindicando melhoria na infraestrutura, por exemplo, permitiram a mulheres donas de casa uma identidade política, de luta, e dentro dessas mobilizações, o feminismo da classe média conseguiu seu espaço e sua caracterização brasileira, começando a tentar mudar a sociedade “por baixo”, mesmo que nessa época o feminismo fosse visto de forma pejorativa tanto pela direita política, quanto pela esquerda (SARTI, 2004).

No final da década de 1970, o movimento feminista buscava emancipação através da reivindicação de creches para seus/as filhos/as, algo que entrava na agenda de pré-requisitos para que pudessem ter acesso ao direito de trabalhar e de também ter uma vida política, junto com as necessidades básicas de suas comunidades (FINCO, 2010).

Ao início da década de 1980, o feminismo tomava um partido mais teórico e cada vez mais político, num cenário onde mais e mais mulheres do movimento assumiam posições importantes dentro de organizações políticas, sindicatos, permitindo uma difusão na sociedade que trazia consigo conscientização sobre a opressão da mulher, possibilitando abertura acadêmica para estudos sobre a mulheres, criação de conselhos governamentais para tratar das condições femininas e,

A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias e, no âmbito da saúde, emerge como problema de saúde pública, que requer atenção especializada.²⁹ No fim da década de 1980, como saldo positivo de todo esse processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal. (SARTI, 2004, p. 42).

A partir de então, houve cada vez mais abertura política e social para que ocorressem mudanças dentro do ideário de transformação feminista, permitindo tomada de consciência pela sociedade acerca da identidade individual e coletiva, fazendo com que as mulheres conseguissem alcançar sua autonomia dentro e fora dos lares, como mães, trabalhadoras, figuras políticas, etc., além de cada vez mais implementações de políticas públicas à favor da mulher e da libertação da sua condição de submissão ao homem, que sempre foi um problema social dentro da sociedade brasileira. (CAMPOS, 2017).

Longe de abranger a totalidade e especificidade do movimento feminista brasileiro e de toda sua conquista, essa breve contextualização serve aqui de caráter introdutório, como defesa de pedagogias feministas dentro de sala de aula, para que seja alcançada uma estrutura igualitária, onde haja equidade de gênero.

O princípio da igualdade de direitos em relação aos homens é o que tradicionalmente esteve presente nos ideais do feminismo e nas ações coletivas dele derivadas, mesmo que posições igualitárias tivessem significados distintos para diferentes grupos. A crítica feminista redefine a própria noção de igualdade. Em suas diferentes vertentes, demanda por condições nas quais a igualdade seja efetiva, e as diferenças sejam reconhecidas de forma não hierarquizada (MIGUEL; BIROLI, 2013). Desta forma, o resultado político de sua ação coletiva em termos de igualdade permite que a diferença seja reconhecida e valorizada. (Campos, 2017, p. 41)

2.2 Pedagogias Feministas

A aplicabilidade do feminismo dentro das salas de aula dá-se de forma a superar desigualdades de gênero dentro de um espaço que é formador e reproduzidor das condições sociais.

Pensada como um novo modelo pedagógico construído para subverter a posição desigual e subordinada das mulheres no espaço escolar, a pedagogia feminista vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aula tradicionais. A voz do/a professor/a, fonte da autoridade e transmissora única do conhecimento legítimo, é substituída por múltiplas vozes, ou melhor, é substituída pelo diálogo, no qual todos/as são igualmente falantes e ouvintes, todos/as são capazes de expressar (distintos) saberes. (LOURO, 2011, p.113)

Tendo forte caráter marxista e freiriano (LOURO, 2011), essas práticas educativas subvertem os pilares da educação formal, com ideais de conscientização, libertação e transformação: nada perto do caráter reprodutor de desigualdades sociais no qual o sistema educacional é estruturado.

Desde a mais tenra idade, na educação infantil, as crianças aprendem a distinguir-se através do modo com que os adultos os tratam, no feminino/masculino, interiorizando relações discriminatórias e diferenças que o feminismo tanto luta para provar que são sociais, e não determinadas biologicamente (FINCO, 2010). A escolarização traça limites entre comportamentos de meninas e meninos, pré-determina suas identidades, e com essa dicotomia menino/menina, naturaliza preconceitos e diferenças que não são mais do que a diversidade humana, que deve ser respeitada (LOURO, 2011).

Como uma das conquistas feministas, a creche entrou na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) como um direito das crianças e das mães, sendo família e escola os dois articuladores para que houvesse educação infantil de qualidade. Isso é uma conquista dupla: direitos da mulher e da criança passaram a ser legislados.

Nesse contexto histórico e político foi criado, pelo Conselho Estadual da Condição Feminina e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1987, um documento pioneiro “Creche urgente: criança compromisso social”, que trazia as primeiras diretrizes para pensar a educação da criança pequena, de 0 a 6 anos, fora do ambiente privado da casa, para além dos cuidados da família. O documento destaca “o papel da creche enquanto uma instituição, de fornecer espaço complementar ao da família para a criança, desde os primeiros anos de sua vida” (BRASIL, 1987, p.) (Finco, 2010 *apud* BRASIL, 1987, p.67)

Esse documento questionava também as relações criança-adulto, alegando que somente ter relação com a mãe não era saudável para o desenvolvimento da criança, além de garantir liberdade tanto para mulheres quanto para homens poderem trabalhar, com a segurança de que seus filhos/as estariam bem cuidados numa instituição adequada. Ou seja, a criação das creches interferiu positivamente nas relações de maternidade/paternidade e entre homens e mulheres (FINCO, 2010).

Atendendo ao contexto de pesquisas acadêmicas do momento, também foi levado em consideração a questão de gênero na infância: as relações entre as crianças, suas brincadeiras, a relação entre crianças e professores/as. Foram criados diversos documentos nacionais para a educação infantil, que, aos poucos, iam garantindo o direito da criança desenvolver-se socialmente, culturalmente, religiosamente e principalmente de brincar, independente do gênero, independente do brinquedo (boneca ou carrinho, por exemplo) (FINCO, 2010).

Á partir disso, cada vez mais documentos relacionados a gênero, sexualidade e questões de homofobia foram criados, como orientações à professores/as, como iniciativas para dar maior visibilidade às pesquisas nesse campo, como combate à homofobia, como políticas em educação para a valorização das diferenças (FINCO, 2010).

Apesar disso, Finco faz uma problematização necessária ao analisar esses documentos da década de 2000:

O Desenvolvimento de políticas de gênero para a educação é um processo em construção, que demanda pensar na inclusão de meninas e meninos, novos atores no cenário político. Se pudermos considerar que as políticas públicas para diversidade representem um avanço na história da política pública no Brasil, ainda temos muito que refletir sobre essa lacuna existente entre as políticas para educação de crianças pequenas e as políticas em educação para a valorização da diversidade. (Finco, 2010, p.83)

Se, em 2010, essa questão era passível de questionamentos e críticas, no cenário político atual do Brasil, voltou a ser motivo de luta e reivindicação. Entre 1990 e 2015, ocorreram diversas mudanças positivas nesse sentido, o que condizia com a modernização e avanço acadêmico, tanto nas questões de sexualidade dentro da escola, quanto em universidades de educação e da área da saúde. Porém, a partir de 2015, uma nova onda de conservadorismo atravessa o país, culminando na eleição presidencial de 2018, onde foi eleito um chefe de estado de extrema direita, que não hesitou em pautar seu discurso afirmando os retrocessos (que para ele e seus eleitores seriam avanços) em relação à educação, e, principalmente, à educação em sexualidade (RIBEIRO; MONTEIRO, 2019).

Tudo isso resultou num novo documento nacional para a educação, que, diferentes dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, suprimiu os termos gênero e retirou completamente a educação em sexualidade: antes, havia um caderno nos PCN's só para a "orientação sexual".

Será detalhado no próximo capítulo os retrocessos consequentes desse documento, sob a perspectiva da importância que a educação em sexualidade tem na formação do indivíduo, e, principalmente, da criança, porque toda a luta para que fossem legisladas essas questões teve base teórica, política e social.

3 Contextualizando a Educação em Sexualidade no Brasil

Antes de todas as conquistas dos movimentos feministas, que conseguiram legislar e institucionalizar a educação em sexualidade sob uma perspectiva de gênero, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, pode-se dizer que haviam aspectos de educação em sexualidade com um viés completamente ideológico, católico e higienista. Nas décadas de 1920/1930, foram lançados livros e cartilhas com autoria de professores, sacerdotes e médicos que tinham intenção de orientar a prática sexual dos indivíduos. Desde então, os motivos foram alternando-se: prevenção de doenças venéreas, preparação para maternidade, combate à prostituição, etc. (BUENO; RIBEIRO, 2018, p. 49-50).

Mesmo com discurso higienista, a partir de 1920 que realmente foi implementada a chamada “educação sexual” nas escolas, mesmo que pela luta de algumas feministas marcantes, o objetivo era proteção à infância e a maternidade. Daí em diante, houve cada vez mais abertura política, religiosa e social para que fosse implementada nas escolas uma educação em sexualidade, principalmente por conta da efervescência da liberdade na juventude que iniciou-se em meados da década de 1960, aliado a movimentos feministas de emancipação da mulher (incluindo liberdade sexual) e estudos acadêmicos em áreas da educação, medicina e psicologia (BUENO; RIBEIRO, 2018, p. 52-54).

Com o golpe militar de 1964, o cenário suprimiu que houvesse pesquisas e avanços nessa área, o que só foi voltar a ocorrer por volta do ano de 1978 (BUENO; RIBEIRO, 2018, p. 54), quando o feminismo de base estava cada vez mais enraizado e se tornando mais político, impulsionando a criação de políticas públicas relacionadas à educação em sexualidade, gênero e respeito à diversidade (Sarti, 2004).

3.1 A educação em sexualidade nos documentos brasileiros

Nesse contexto, e no meio de uma epidemia global de Aids, nasceu os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental, em dez volumes e seu caderno de orientação sexual, defendendo a sexualidade como aspecto intrínseco da formação do indivíduo, e que do mesmo jeito que o processo de educação sexual ocorra em todas as esferas da vida da criança, na escola não poderia ser diferente.

A discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de ensino fundamental e médio vem se intensificando desde a década de 70, provavelmente em função das mudanças comportamentais dos jovens dos anos 60, dos movimentos feministas e de grupos que pregavam o controle da natalidade. Com diferentes enfoques e ênfases, há registros de discussões e de trabalhos em escolas desde a década de 20. A retomada contemporânea dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, repensar o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados. Mesmo assim não foram muitas as iniciativas tanto na rede pública como na rede privada de ensino. (BRASIL, 1997)

A problemática em torno desse Bloco de Orientação Sexual (1997), é concepção do que uma boa “educação sexual” deve alcançar: no geral, uma boa saúde sexual. Ou seja, está totalmente atrelada a doenças e às práticas corretas de sexualidade, servindo como prevenção e gravidez precoce e doenças, e mais ainda

O tema Orientação Sexual celebra a heteronormatividade quando relaciona a sexualidade ao seu aspecto biológico, enfatizando sempre a saúde reprodutiva, sem problematizar questões relevantes como as manifestações sexuais infantis, homossexualidade e relações de gênero (embora mencionadas). Visa um programa voltado a uma boa saúde sexual, ou seja, o dispositivo da sexualidade é alvo de normatizações e de uma higienização. O caráter informativo que a educação sexual assume no documento curricular reforça exclusões e institui um discurso de proteção sexual que produz identidades vulneráveis à discriminação e vitimização sexual. (Vieira, 2006, p. 8)

Além de considerar intrínseco a relação entre sexualidade e gênero, termo que em 1996 não levantava tanto debate, e sendo essa questão classificada fortemente como política e contemporânea (LOURO, 2011), esse campo de estudo não é permanente, está sempre em processo de mudança e aceitação das parcelas mais conservadoras da sociedade. (LOURO, 2011).

Em comparação ao PCN (1997), foi analisado o documento internacional da Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde, publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que possui em sua última página a seguinte explicação:

Fundamentada numa revisão rigorosa e atual das evidências sobre programas de educação em sexualidade, esta Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade é direcionada a tomadores de decisão e profissionais dos setores de educação e saúde. Foi desenvolvida para auxiliar as autoridades de educação, saúde e outras áreas relevantes a criar e implementar programas e materiais de educação em sexualidade na escola. O Volume I enfoca as razões em favor da educação em sexualidade e fornece

conselhos técnicos sólidos sobre características de programas efetivos. Um segundo documento (Volume II) enfoca os tópicos e objetivos de aprendizado a serem tratados num ‘pacote básico mínimo’ de educação em sexualidade para crianças e jovens dos 5 aos 18 e mais anos, inclusive uma bibliografia de recursos úteis. A Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade é relevante não apenas para aqueles países mais afetados pelo HIV/Aids, mas também para aqueles que enfrentam epidemias concentradas e de baixa prevalência (UNESCO, 2010, p. 128)

A justificativa ainda é a mesma: epidemias de IST’s e gravidez precoce, porém, o que realmente chama a atenção é a complexidade dos conteúdos, e como estes devem se desenvolver de acordo com a idade dos alunos.

O segmento desse documento, adaptado à realidade brasileira (apesar de não conectar-se com o currículo nacional): Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem, lançado em 2014, possui quadros e sugestões de tópicos e discussões para serem realizados em sala de aula, de acordo com a faixa etária, com um repertório rico de conceitos: bullying, violência, família, casamento, reprodução, gravidez, normatividade, etc.

É notável a diferença das concepções sobre Educação em Sexualidade que ambos trabalham. Um (1998) orienta, dá caminhos e soluções para “curiosidades”. O outro (2014), mais recente, tem a intenção de libertar, tornar os jovens independentes, elevar a cultura das sociedades contemporâneas (e mesmo que passível de diversas críticas, tal comparação serve pra entender a diferença dos debates em 1998 e dezesseis anos depois, em 2014).

De qualquer forma, se ambos os documentos governamentais apresentam o objetivo de tratar da saúde das crianças e adolescentes, deve-se levar em consideração o aspecto central da sexualidade – que é intrínseca ao ser humano, desenvolvida de forma ampla, social, histórico e culturalmente, e que tudo ao redor influencia: mídia, família, religião, as relações humanas, etc. (LOURO, 2011) – e que saúde não se trata apenas de questões corporais que levam a enfermidades palpáveis, tanto que, a área da psicologia em produção acadêmica acerca da Educação em Sexualidade carrega em si uma quantidade tão forte quanto os estudos disso na área da educação.

O motivo da comparação desses dois documentos sobre o mesmo tema é que, apesar de estarem muito longe da educação em sexualidade ideal, que fuja da pedagogia que normatiza os corpos, padroniza comportamentos de relação (sendo, normalmente, o padrão heterossexual) e demoniza as práticas sexuais, como se todas e principalmente as homossexuais, trouxessem perigo e doenças (LOURO, 2011), pelo menos proporcionam, teoricamente, um espaço para

que haja minimamente um espaço de discussão, completamente diferente do novo documento-base para os currículos escolares, a Base Nacional Comum Curricular (2017).

Definido em sua página inicial online, como um “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagem essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (MEC, 2019), foi desenvolvido desde o ano de 2015, A Base Nacional Comum Curricular, que não mediu esforços em suprimir os termos “Gênero” e “Educação em Sexualidade”. O motivo disso fica claro quando se tem acesso aos projetos de lei discutidos nessa época no congresso: Cura Gay e Escola Sem Partido, por exemplo.

Por mais que a Base (BNCC, 2017) queira desenvolver habilidades atitudinais que respeitem a diversidade, respeitar a diversidade não é suficiente para combater uma violência sexual. Uma sociedade que recebeu educação em sexualidade na escola, o local de acesso ao saber sistematizado, não estupra suas crianças e seus jovens, respeita suas mães, esposas e filhas e sabe denunciar o mínimo sinal de agressão ou abuso.

Quando Louro (2011) nos traz que “a escola delimita espaços”, junto disso há uma importante reflexão: qual o papel da educação em sexualidade dentro desses espaços delimitados? Não existe educação em sexualidade que delimite espaços. Essa abre caminhos, traz liberdade e conhecimento. Por mais que a escolarização das crianças e dos jovens demonstre o contrário, através de práticas tradicionais e conteudistas, uma educação que pretenda o autoconhecimento, o auto respeito e o respeito pelo próximo faz-se necessária. Jovens irão relacionar-se sexualmente, irão namorar, irão conhecer pessoas que os atrairão e também terão contato com pessoas que fogem do padrão heterossexual fortemente pregada nas famílias tradicionais, igrejas, e, infelizmente, nas escolas também, então, não pode ser “natural” que existam desigualdades no tratamento de meninos e meninas dentro das escolas, e é nesse ponto que as pedagogias feministas citadas anteriormente, fazem sentido.

Ao considerarmos as alusões à temática sexualidade na BNCC, de maneira explícita e/ou implícita, verificamos que estas se concentram na seção destinada às Ciências da Natureza, especificamente ao componente curricular Ciências, e são ausentes nas demais áreas do conhecimento. Além de situar a sexualidade dentre as competências das Ciências da Natureza para o ensino fundamental, o documento oficial a associa a conceitos vinculados à saúde e à qualidade de vida[...]. (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019, p. 8).

Ou seja, além de omitir o termo gênero durante todo o documento, o caráter no qual a sexualidade do aluno deve ser tratada é puramente ligado à saúde/biologia, o que, novamente,

vai padronizar as práticas corretas de sexualidade (Louro, 2011), assim como feito nos PCNs (1997), vinte anos antes desse documento.

[...] a sexualidade é apresentada pela BNCC somente em sua dimensão biológica, na qual são salientados conteúdos vinculados à anatomia e à fisiologia da reprodução humana. Cabe sublinhar que ao apresentar o corpo biológico ao lado de conteúdos referentes às IST, denominadas no documento oficial ainda pela nomenclatura DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis), o trabalho com tal temática em sala de aula poderá reforçar o trinômio corpo-saúde-doença que, dentre outros aspectos, traz em si pressupostos médico-higienistas [...] (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019, p. 10).

Isso significa que não houve avanços na produção de conhecimento científico nessa área? Ou só que foram pesquisas acadêmicas negligenciadas pelo governo durante a construção da Base (2017)?

É de suma importância que seja enfatizado, que, a educação defendida aqui, apesar de atingir num âmbito geral das escolas brasileiras, é direcionada principalmente às escolas públicas, que possuem os menores índices de acesso a essas informações, e que atendem as pessoas mais vulneráveis a essas doenças. Por mais que, independentemente de ser escola pública ou particular, a educação em sexualidade apresenta grande defasagem (para não falar negligência), e é esse pensamento que pauta todo esse trabalho – uma sociedade igualitária apresenta conhecimento acessível a todos, e um dos passos para isso é a informação, de forma didática e que respeite o contexto social de todos que a recebem (SILVA, 2015).

4 Metodologia

Este trabalho é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, pois foi elaborado a partir de material já publicado, previamente selecionado com os descritores adequados ao tema (PRODANOV; FREITAS, 2013) e analisado sob a luz do referencial teórico presentes nos capítulos anteriores.

Dentro da plataforma Scielo foi possível entrar em contato com diversos trabalhos de diversas instituições de ensino, encontrando artigos, dissertações, monografias, etc. de muitas áreas do conhecimento – desde história, até psicologia e medicina. Porém, continha poucos estudos em educação no ensino infantil e/ou no ensino fundamental, então, com a finalidade de ampliar a busca, também foi utilizada a plataforma do Google Acadêmico.

Os descritores utilizados para selecionar os trabalhos acadêmicos entre 2014-2018, nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico foram “educação em sexualidade” e “igualdade de gênero”, que permitiu a revisão do que se produz sobre esses temas em questão, e mais especificamente, como esses temas estão sendo trabalhados no âmbito da educação escolar brasileira, e, por isso, foram escolhidos aqueles que, sob a ótica da educação, fossem úteis, o que resultou em 10 trabalhos analisados, com os temas de educação em sexualidade, igualdade de gênero e um último que emergiu, mostrando grande importância, heteronormatividade em sala de aula. Foram escolhidos em sua maioria artigos que estavam na plataforma.

Em relação aos critérios de inclusão e exclusão, foram excluídos trabalhos sobre educação em sexualidade para enfermeiras em cursos técnicos: que não são o foco deste trabalho (sendo este, estudantes da educação básica pública brasileira), ou trabalhos sobre igualdade de gênero voltados para violência doméstica, etc., sendo estes desconsiderados da lista a ser analisada.

A fim de elucidar o problema apresentado neste estudo, os periódicos selecionados foram analisados a partir do caráter histórico que apresentavam a possível relação com o trabalho em sala de aula pelo professor; a intersecção entre os temas centrais, que são feminismo, igualdade de gênero e educação em sexualidade.

Os dados dos trabalhos foram sistematizados com base na técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 1997), com foco na temática categorial. A organização dos resultados das pesquisas nas plataformas passou pela pré-análise, a exploração do material e tratamento dos resultados, através da inferência e interpretação, gerando três subcategorias: a perspectiva da educação em sexualidade em sala de aula, o debate atual sobre igualdade de gênero no âmbito escolar e uma categoria que emergiu das pesquisas, porém que não havia sido mencionada,

heteronormatividade e homofobia nas relações escolares, que foi discutida com base na bibliografia encontrada nos artigos, pois mostrou-se um tema extremamente relevante para este estudo.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

Os artigos selecionados nas plataformas Scielo e Google Acadêmico, com os descritores “igualdade de gênero” e “educação em sexualidade” foram categorizados e expostos no quadro abaixo e divididos quanto ao título, revista publicada, ano de publicação, autores e uma breve descrição do tema geral.

Quadro 1 – Artigos selecionados

Número do artigo	Título do artigo	Revista Publicada	Autores/as	Ano de publicação	Tema geral
1	Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura	Cadernos de Pesquisa	Milene F. Furlanetto; Franciele Lauermann; Cristófer B. Da Costa; Angela H. Marin	2018	Como uma análise do que foi produzido nos anos de 2012-2016, focou em trabalhos sobre ações de educação em sexualidade em sala de aula, com relatos de casos de intervenções para orientação, pesquisa sobre como era a educação em sexualidade nas escolas, investigação da necessidade de conhecimentos de cada escola, também analisando as características metodológicas, Os temas mais recorrentes dessas intervenções eram prevenção de IST's e gravidez na adolescência

Número do artigo	Título do artigo	Revista Publicada	Autores/as	Ano de publicação	Tema geral
2	A educação em sexualidade e na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as)	Educação e Pesquisa	Luiz F. Zanatta; Sílvia P. de Moraes; Maria José D. de Freitas; José R. da S. Brêtas	2016	Análise da educação em sexualidade numa escola itinerante do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MST) sob o questionamento se o pressuposto freiriano que norteia as práticas pedagógicas dessa escola influenciaria em uma educação que ocorresse em transversalidade e que fugisse do padrão biologizante
3	Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância	Educar em Revista	Constantina Xavier Filha	2014	Revisão bibliográfica de livros infanto-juvenis, com o foco na análise da linguagem adotada, as formas de produzir subjetividades na infância, e o que produzem e veiculam sobre corpo, gênero e sexualidade.
4	Corpo, gênero e imagem: desafios e possibilidades aos estudos feministas em educação	Revista Brasileira de Educação	Gregory Da S. Balthazar; Fabiana De A. Marcello	2018	Discussão de pedagogias de gênero e sexualidade a partir de como são debatidos os conceitos de imagem, analisando os trabalhos do GT – 23 da Anped.
5	Como as escolas educam corpos nas práticas pedagógicas?	Tempos e espaços em educação	Alfrancio Ferreira Dias	2014	Reflete a partir de revisão bibliográfica a forma que os corpos são educados na infância escolar, com um olhar voltado ao que os professores reproduzem sobre gênero em suas práticas.

Número do artigo	Título do artigo	Revista Publicada	Autores/as	Ano de publicação	Tema geral
6	Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios	Educar em Revista	Maria Rita de Assis César; André de Macedo Duarte	2017	Discute como as novas moralidades no campo político tem influenciado a questão de gênero nas políticas que regem a educação brasileira.
7	Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros	Educação e sociedade	Toni Reis; Edla Eggert	2017	Explora o fenômeno que vem impedindo os temas de gênero dentro dos espaços escolares, apontando como isso impede uma educação que promova equidade entre os gêneros na sociedade.
8	Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar	Educação e Pesquisa	Priscila Gomes Dornelles; Maria Cláudia Dal'Igna	2015	Analisa práticas pedagógicas e a produção e normatização da heteronormatividade no espaço escolar, principalmente nas aulas de educação física.

Número do artigo	Título do artigo	Revista Publica da	Autores/as	Ano de publicação	Tema geral
9	Gênero, sexualidade e juventude (s): Problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar	Civitas - Revista de Ciências Sociais	Dalton Ribeiro do Couto Junior, Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald e Fernando Altair Pochay	2018	Questiona normas regulatórias de gênero presentes nos cotidianos escolares de adolescentes que se auto declaram gays, através de conversas que foram interpretadas sob a luz do referencial teórico do trabalho
10	Experiência homossexual no contexto escolar	Educar em Revista	Anderson Ferrari	2014	Com base numa carta que uma menina enviou à professora de ciências, relatando as angustias por ser homossexual, o trabalho analisa a responsabilidade da escola em relação às produções de identidade de seus alunos.

4.2 Resultados

A perspectiva da educação em sexualidade em sala de aula

Com base nos dados obtidos analisando o conteúdo desses trabalhos (1 a 3), percebeu-se uma educação em sexualidade pautada apenas na prevenção de doenças, fugindo da transversalidade que os PCNs (Brasil, 1997) caracterizava, já que agora o documento para a educação vigente é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

As intervenções, como Furlanetto *et al.* (2018) denominou no artigo 1 são, em sua maioria, temporários, isolados do andamento das aulas e muitas vezes separados por gênero, o que, sob o referencial teórico utilizado, impediu o contato com a diversidade e não exprimiu o caráter da sexualidade humana, que é intrínseco à todas as esferas em que o indivíduo se insere, sendo parte essencial da identidade de cada um (Louro, 2012).

Outro aspecto analisado em Furlanetto *et al.* (2018), é que as intervenções ainda funcionam como medida paliativa, e não como uma educação que faz parte da escola desde os

anos iniciais. Decide-se que só é importante “conversar” sobre a temática a partir da adolescência.

Além disso, Zanatta; Moraes; Brêtas, 2016, que teve sua pesquisa realizada dentro de uma escola, no qual era esperado um resultado que não entrasse no padrão biologizante e conservador que a educação em sexualidade geralmente se encontra, foi possível perceber que era um assunto polêmico, considerado não pertencente à escola. Os autores/as descreveram que o questionamento com base na escola do assentamento surgiu por conta de ter pressupostos freirianos.

Assim, a escola itinerante, fundada nos ensinamentos do educador Paulo Freire, está preocupada com a humanização do trabalhador Sem Terra, em lhe proporcionar condições para entender e desvelar o mundo no qual vive, e com a importância da reforma agrária para o desenvolvimento e a inclusão dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, seja no meio rural ou urbano. (ZANATTA; MORAES; BRÊTAS, 2016, p. 448).

Portanto, esperava-se que o caráter libertador e humanizador da pedagogia freireana refletisse nas aulas de educação em sexualidade – tornando estas também libertadoras e promotora de conhecimento – o que o estudo revelou ser o contrário.

A questão de gênero, central nas discussões de educação em sexualidade, foi defendida por Louro (2011) com base nos movimentos feministas e toda a história por trás disso. O conceito de gênero consiste em algo intrínseco à identidade dos indivíduos desde seu nascimento, algo que não deve ser determinado biologicamente e nem se deve designar papéis a cada um, ou seja, este conceito é mutável a partir da sociedade e momento histórico em que se insere, e vem trazendo consigo a exigência da pluralidade de representações de homens e mulheres.

Até mesmo quando foram analisados livros infanto-juvenis com temáticas úteis à educação em sexualidade (Filha, 2014), o que apareceram foram noções que padronizavam os corpos, as atitudes, reproduziam a dicotomia de comportamento de menino “*versus*” comportamento de menina, e infantilizava os termos relacionados à concepção humana. Alguns livros mais recentes, que não tem o objetivo propriamente dito de educação em sexualidade, apresentam evoluções nas concepções de comportamento, fugindo do que Butler (1999) trata como binarismo de gênero (Filha, 2014).

Mesmo apresentando alguns avanços (foram analisados livros de 1930 a 2013), o que aparecem nos livros ainda hoje são linguagens robustas, como se o livro realmente fosse voltado apenas para o adulto – que deve ler e interpretá-lo da sua forma. As crianças não produzem conhecimento através do contato com a literatura, sendo meros espectadores de um assunto que

ainda não sabem verbalizar (no caso da educação infantil, por exemplo), o que, posto sob reflexão, deveria ser um dos principais focos da educação em sexualidade da etapa infantil: o autoconhecimento, autocuidado, autonomia para reconhecer seu corpo e seus limites, para que a criança saiba identificar sinais de abuso, e não somente isso, para que dentro do espaço escolar sejam desenvolvidas habilidades que permitam que a criança conviva de forma saudável e segura em sociedade.

Outra análise passível de discussão, é que as intervenções, aulas, momentos de discussão, ocorreram apenas com grupos de adolescentes a partir de onze anos, quando já estão na segunda etapa do ensino fundamental, ou seja, não foram encontrados trabalhos sobre educação em sexualidade na educação infantil ou nos primeiros anos do ensino fundamental. Um motivo plausível é que o espaço escolar acredita então que a sexualidade só pode ser discutida na adolescência, e que somente nessa etapa ocorre algum tipo de desenvolvimento.

O debate atual sobre igualdade de gênero nas escolas

Analisando esses trabalhos (artigos 4 a 9) percebeu-se temas e discussões pertinentes ao tema da igualdade de gênero, delineada no primeiro capítulo deste estudo, tendo temas desde como os professores educam os corpos das crianças (artigo 5), até como o avanço nos estudos de gênero provocou repulsa na parcela conservadora da sociedade brasileira (artigo 6).

A produção da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) atrelada ao Grupo de Trabalho (GT) 23 — Gênero, Sexualidade e Educação foi analisada no trabalho de Balthazar e Marcello (2018) e trouxe resultados que promovem reflexão acerca da forma como a imagem, entendida como “instrumento pedagógico produtor de e produzido em uma cultura política de gênero marcadamente falocêntrica” (Balthazar; Marcello, 2018, p. 3) da obra de Betty Friedan (1971), influencia os estudos feministas no campo da educação até hoje. A imagem da mulher, do aspecto feminino, historicamente é representada pela arte principalmente pelos homens, que, pela sua posição de poder manipula e constrói a *imagem* que a sociedade tem sobre *mulher*.

Sobre a análise dos trabalhos da ANPEd,

[...] os textos questionam as imagens dos corpos no espaço em que se fazem dotados de valores emblemáticos de nossa cultura, exprimindo e comunicando sentidos particulares de gênero e sexualidade. Por meio dessa compreensão, um conjunto variado de imagens foi trazido como parte do sistema de representação do corpo feminino de nosso tempo [...] (Balthazar; Marcello, 2018, p. 10)

As projeções sociais insistem numa “mística feminina”, seja a do corpo perfeito da *Barbie*, ou da hipersexualização dos corpos das meninas adolescentes. Um tema que emergiu também do artigo 4 discute algo que acrescenta à discussão: a imagem produzida e reproduzida das mulheres pelos homens, e de como isso influencia na educação e na identidade que é construída pelas crianças no espaço escolar. No geral, esse trabalho conclui sobre como as relações de poder de homens sobre mulheres precisam ser repensados e discutidos dentro do espaço escolar e que, ao invés de negar que essa dominação existe (sendo representada por meio da *imagem*), é necessário enxergá-la como aspecto da nossa cultura, trabalhando isso de forma crítica para superar a disparidade de gênero (Balthazar; Marcello, 2018).

O que mais influencia nas relações de gênero dentro da sociedade, é o que as políticas do Brasil (re)produzem. O artigo de Reis e Eggert (2017), buscou entender como os estudos de gênero causaram repulsa em grande parte da parcela conservadora no país, andando em direção contrária a todo o avanço acadêmico que foi possível pelas lutas feministas no Brasil desde o século XX, caminhando para a questão de que os planos de educação não devem incorporar a igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual. O termo de ideologia de gênero foi atrelado às parcelas mais conservadoras, muito ligadas a questões religiosas, que difamam e tentam impedir com fundamentos rasos e pessoais, a implementação dessas questões em políticas públicas e educacionais.

Reis e Eggert (2017) também explicitaram sobre a temática, o que possibilitou a aproximação do fenômeno de como os planos de ensino foram afetados drasticamente por esses movimentos, que tornaram-se cada vez maiores e promovedores de mentiras e senso comum em torno de gênero e sexualidade, com fundamentos religiosos de séculos atrás, divergindo completamente com o claro avanço mundial nas pesquisas desses campos de conhecimento que levaram décadas de lutas para serem consolidadas e valorizadas.

Além disso, Dias (2014) desencadeia uma reflexão sobre a formação dos professores que educam crianças, pois a reprodução de desigualdades dentro das salas de aula perpetua o sistema patriarcal de dominação, que há décadas tem sido objeto de luta feminista (Sarti, 2004).

Em outras palavras, a representação das masculinidades e feminilidades no campo da educação pode interferir nos sentidos e significados atribuídos ao corpo, ao desejo e ao controle da sexualidade (DIAS, 2014, p. 109)

Tal interferência pode ser positiva ou negativa e na próxima subcategoria, é discutido exatamente isso: as consequências de práticas de professores/as em sala de aula que interferem e pré-determinam a representação de masculinidade e feminilidade.

Heteronormatividade e homofobia nas relações de gênero escolares

Esta categoria emergiu nos artigos 8, 9 e 10 e discutiu um tema que Louro (2011) traz como normatização dos corpos, onde por exemplo, as meninas aprendem desde cedo a ocupar um espaço muito limitado para proteger seus corpos das ações dos meninos. Teorias que perpassam o ambiente escolar definem e separam o mundo masculino e o mundo feminino como completamente diferentes, principalmente em momentos onde o esforço físico é colocado à prova, como nas aulas de educação física, que é o foco do artigo 8.

Com base no conceito de moral de Foucault (2006), Ferrari (2014), no artigo 10 analisou as implicações escolares diante a homossexualidade. A moral como um conjunto de normas e valores impostas em diversos espaços em que o indivíduo se insere entra em choque quando aparece alguém que foge dessa linha de pensamento. Esse é o principal ponto a ser discutido aqui.

A heteronormatividade entrou nesse conceito de moral pois normatiza os corpos e os desejos, pré-determinando as identidades dos sujeitos dentro do espaço escolar, o que desrespeita a diversidade, não promove conhecimento sobre esta e reproduz preconceitos, dentro de um espaço onde era pra ocorrer justamente o contrário, com base nas pedagogias feministas e na BNCC (Brasil, 2017).

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar [...] está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva [...] (BRASIL, 2017, p. 8)

Para Dornelles e Dall'igna (2015) a heteronormatividade é definida de forma precisa através de uma real normatização dentro do espaço escolar. Tratando com um olhar voltado para a educação física, os conceitos definidos mostraram como a dicotomia entre gênero masculino e feminino direcionam as aulas e que isso influencia diretamente na produção de identidade dos/as alunos/as. Tais práticas precisam ser colocadas sob suspeitas e repensadas (Dornelles; Dal' Igna, 2015), porque negar o discurso de gênero e sexualidade dentro da sala de aula, deixando de garantir um espaço que invista na igualdade entre homens e mulheres é grave, mais grave ainda é continuar a reproduzir desigualdades históricas num espaço de promoção de conhecimentos.

Quando o trabalho de COUTO JUNIOR; OSWALD; POCAHY, 2018 foi analisado, foi possível perceber como jovens homossexuais se sentem oprimidos dentro da própria escola, por

causa de práticas pedagógicas que exaltam a heteronormatividade, desrespeitando todas as outras inúmeras expressões de gênero existentes, reforçando a homofobia dentro do espaço escolar, por parte inclusive (e até principalmente) dos professores, fazendo com que os jovens tenham medo da represália dos professores, quando a escola deveria ser um local que inspira confiança por ter profissionais formados em lidar com o humano, com a diferença.

Todos esses trabalhos foram de suma importância para entender a realidade da educação brasileira sob o aspecto da educação em sexualidade, seus pontos positivos e suas falhas, falhas essas que afetam negativamente toda a vida do educando (a), sejam crianças ou adolescentes. Como Louro (2011) trouxe em seu livro, a escola produz e reproduz as diferenças em seu espaço, ditando as formas de postura correta, as brincadeiras corretas (e para quem), a separação entre meninos e meninas... são inúmeras formas antigas de se fazer isso. E foi possível perceber durante essa análise bibliográfica que existem consequências, adolescentes que se sentem oprimidos no lugar que, em tese, deveria acolher (COUTO JUNIOR; OSWALD; POCAHY, 2018). Repensar a prática educativa por meio da educação em sexualidade, que acolhe, dá espaço, compreende e não julga, parece justo e necessário para que essas falhas sejam evitadas – e pesquisas evidenciando isso não faltam.

5 Considerações finais

Considerando os dados provenientes da análise dos artigos selecionados, foi possível perceber que há pesquisas acadêmicas sobre educação em sexualidade, igualdade de gênero e feminismo e, por mais que sejam escassas, isto torna-se um dado, evidenciando a necessidade de elucidar as questões de gênero e sexualidade com foco no ambiente escolar por parte da comunidade acadêmica, e é esta a contribuição deste trabalho para a sociedade.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda (FREIRE, 2000, p. 67).

Foram encontrados poucos artigos, apenas onze, que abordavam a temática dentro da perspectiva deste estudo. Dessa forma, é possível ressaltar que sim, são produzidos conhecimentos nessa área, e são voltados para a área da educação, mesmo com todas as problemáticas de metodologia, de prática pedagógica, de próprio conhecimento dos professores, que como alguns artigos possibilitaram perceber, ainda reproduzem, por exemplo, práticas homofóbicas nas aulas e que na verdade reprimem a diversidade dos jovens alunos, pré-determinando suas identidades. Ou seja, fica possível concluir que sob a ótica de um professor que tem essas atitudes, fica muito difícil conceber aulas de educação em sexualidade que objetivem respeitar a diversidade de relações e identidades humanas.

Assim como boa parcela da população brasileira caiu na falácia de “ideologia de gênero” que foi analisada em um dos artigos, esses professores também podem fazer parte desse grupo, cabendo como objeto de estudo na área da educação.

Para este estudo, a análise histórica que foi proposta como objetivo foi imprescindível, pois permitiu um olhar crítico de acordo com todos os avanços percebidos ao longo da luta feminista (FINCO, 2010) e atrelou essa luta com a existência da educação em sexualidade nos currículos escolares brasileiros.

Por meio das análises foi possível perceber também que o fato da escola receber influências morais e religiosas, que afetam a existência da educação em sexualidade, comprovou que esse campo do conhecimento ainda não foi reconhecido pela população num geral como pertencente ao espaço escolar, e que o fato do governo brasileiro ter retirado os temas recorrentes a isso da Base (Brasil, 2017), evidenciou que tampouco fazem questão de conscientizar as famílias e o ambiente escolar sobre isso.

Vinculando a falta de estudos na área à presente exclusão desses temas da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) é possível identificar aspectos ideológicos e retrógrados, os quais renegam toda a conquista histórica que foi citada nos dois primeiros capítulos.

Como aspecto básico humano, a sexualidade das crianças e adolescentes não pode ser negadas dentro do espaço que será “orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BNCC, 2017). O próprio documento traz uma justificativa sobre a evasão escolar no ensino médio, e que esse documento tenta superar isso – como fazê-lo se destrata essas questões centrais, tão efervescentes na adolescência?

Por fim, se existe de forma coadjuvante dentro do atual documento normativo para a educação brasileira (Brasil, 2017), nas aulas de ciências e biologia, a educação em sexualidade é excluída completamente da educação infantil, onde ocorrem práticas normativas, dicotômicas que escolarizam as crianças e os corpos, promovendo desde cedo costumes que reforçam a condição social de desigualdade entre meninos e meninas dentro das instituições escolares (Louro, 2011), colocando a sociedade cada vez mais longe de uma realidade igualitária e justa para todos os gêneros, independente de orientação sexual.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Bruno Del Sarto et al . **Análise da produção científica sobre doenças sexualmente transmissíveis e sua relação com a saúde escolar no Brasil**. Educ. rev., Belo Horizonte v. 30, n. 3, p. 315-334, Sept. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6982014000300014&lng=en&nrm=iso>. access on 26 July 2019.
- BALTHAZAR, GREGORY DA SILVA; MARCELLO, FABIANA DE AMORIM. **Corpo, gênero e imagem: desafios e possibilidades aos estudos feministas em educação**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 23, e230047, 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100239&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 set. 2019. Epub 03-Set-2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230047>.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Livraria Martins Fontes, 1997
- BRASIL. (1996): “**Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: documento temas transversais**”. Versão atual, janeiro.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- BUENO, Rita de Cássia; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Revista Brasileira de Sexualidade Humana. **História da Educação Sexual no Brasil: apontamentos para reflexão**, p. 49-56, 2018.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CAMPOS, Mariana de Lima. **FEMINISMO E MOVIMENTOS DE MULHERES NO CONTEXTO BRASILEIRO: A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS E A BUSCA DE INCIDÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Revista Sociais e Humanas, [S.l.], v. 30, n. 2, out. 2017. ISSN 2317-1758. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/27310>>. Acesso em: 24 jul. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/2317175827310>.
- CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. **Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios**. Educ. rev., Curitiba , n. 66, p. 141-155, Dec. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000400141&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.54713>.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro do; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos; POCAHY, Fernando Altair. **Gênero, sexualidade e juventude(s)** Problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 124-137, abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892018000100124&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28046>.

DA SILVA, Renan, **Quando a escola opera na conscientização dos jovens adolescentes no combate às DSTs**. *Educar em Revista* [en linea] 2015, (Julio-Septiembre) : [Fecha de consulta: 26 de julio de 2019 Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155042189015>> ISSN 0104-4060

DIAS, Alfrancio Ferreira. **Como as escolas educam corpos nas práticas pedagógicas?** *Revista Tempos e Espaços em Educação, Lado direito*, p. 103-112, abr. 2014. ISSN 2358-1425. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2958>>. Acesso em: 14 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.20952/revtee.v0i0.2958>.

DORNELLES, Priscila Gomes; DAL'IGNA, Maria Cláudia. **Gênero, sexualidade e idade:** tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. spe, p. 1585-1599, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015001001585&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508142508>.

FERRARI, Anderson. **Experiência homossexual no contexto escolar**. *Educ. rev.*, Curitiba, n. spe-1, p. 101-116, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000500008&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.36461>.

FINCO, Daniela. **Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças:** análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras do gênero. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FRANCISCATI DA SILVA, Caio Samuel; LEIVAR BRANCALEONI, Ana Paula; RODRIGUES DE OLIVEIRA, Rosemary. **Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero:** (des)caracterizações. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [S.l.], p. 1538-1555, june 2019. ISSN 1982-5587. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12051/8347>>. Acesso em: jul. 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 146p. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf>. Acesso em: dez. 2019

FURLANETTO, Milene Fontana et al. **Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura.** Cad. Pesqui., São Paulo , v. 48, n. 168, p. 550-571, jun. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742018000200550&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/198053145084>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Guacira Lopes Louro. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as.** Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 23, n. 3, p. 577-591, set. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-05>.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005).** 2010. 312 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PRODANV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. –** Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. **IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS.** Educ. Soc., Campinas , v. 38, n. 138, p. 9-26, Jan. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017165522>.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. **Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, [S.l.], p. 1254-1264, june 2019. ISSN 1982-5587. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12701>>. Acesso em: 24 July 2019. doi:<https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12701>.

SANT'ANNA RAMOS VOSGERAU, Dilmeire; PAULIN ROMANOWSKI, Joana. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas.** Revista Diálogo Educacional, [S.l.], v. 14, n. 41, p. 165-189, jul. 2014. ISSN 1981-416X. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317/2233>>. Acesso em: 10 set. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08>.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35, jan. 2004. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

UNESCO. (2010). **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade - Uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde.** Paris: UNESCO.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem.** Brasília: Unesco, 2014. 64 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227762por.pdf>>.

XAVIER FILHA, Constantina. **Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância.** Educ. rev., Curitiba , n. spe-1, p. 153-169, 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000500011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.36546>.

ZANATTA, Luiz Fabiano et al . **A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as).** Educ. Pesqui., São Paulo , v. 42, n. 2, p. 443-458, June 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022016000200443&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201606144556>.